

**EXCELENTÍSSIMA SENHORA MINISTRA PRESIDENTE DO SUPREMO  
TRIBUNAL FEDERAL, CÁRMEM LÚCIA**

**A COLIGAÇÃO PARA A CANDIDATURA À PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA  
“O POVO FELIZ DE NOVO” (PT/PROS/PCdoB)**, vem, respeitosamente, por meio de  
seus advogados com procuração anexa, apresentar

***NOTITIA CRIMINIS PELOS CRIMES DE INJÚRIA ELEITORAL (art. 326 do CE)  
E INCITAÇÃO AO CRIME (art. 286 do CP)***

1

*e*

***REPRESENTAÇÃO POR CRIME DE AMEAÇA (art. 147 do CP)***

em face de **JAIR MESSIAS BOLSONARO**, candidato a Presidente da República, pertencente a coligação **BRASIL ACIMA DE TUDO, DEUS ACIMA DE TODOS**, e de em razão do provável cometimento do crime eleitoral de injúria, majorada em razão do crime ter sido cometido na presença de várias pessoas e por meio que facilite a divulgação da ofensa (art. 326 c/c 327, III do CE) e dos crimes comuns de ameaça (147 do CP), incitação ao crime (286 do CP), bem como do **PARTIDO SOCIAL LIBERAL (PSL)** e do **PARTIDO RENOVADOR TRABALHISTA BRASILEIRO (PRTB)**, por incidência do art. (336 do CE), nos termos e argumentos que seguem.

## I – DOS FATOS

1. A presente notícia de crime tem por razão a existência de material audiovisual amplamente divulgado na rede mundial de computadores que, em apertada síntese, trazem o noticiado, candidato a Presidente da República pela coligação formada pelos partidos PSL e PRTB, proferindo dizeres de altíssima gravidade.

2. Em termos, conforme se afere no vídeo de URL <https://www.youtube.com/watch?v=yZbuGKLEHo4>, o noticiado, de forma deliberada, durante a ocorrência de comício eleitoral, próprio de sua campanha, realizado no estado do Acre, fez gesto de “fuzilamento”, utilizando-se de um tripé de câmera de vídeo como simulacro de arma de fogo e, ato contínuo, disse:

Vamos fuzilar a *petralhada* toda aqui do Acre. Vamos botar esses picaretas pra correr do Acre. Já que eles gostam tanto da Venezuela, essa turma tem que ir pra lá. Só que lá não tem nem mortadela galera, vão ter que comer é capim mesmo.

2

3. “*Petralhada*”, conforme é de conhecimento comum, é termo utilizado na atualidade para identificar, de forma pejorativa, todos os cidadãos, eleitores, que se identificam com o espectro político tipo por “esquerda”.

4. Com isso, em apertada síntese, demonstra-se a incidência do noticiado no crime eleitoral de injúria em detrimento de todos os eleitores que de algum modo são identificados como “esquerda” política e nos crimes de ameaça e incitação ao crime de homicídio a este mesmo eleitor de “esquerda”, conforme se passará a expor.

5. E, considerando que deste crime os partidos que formam a coligação **Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de Todos** se beneficiaram conscientemente, uma vez que acabam por demarcar sua posição política e a crescer junto com a polêmica provocada por seu candidato, estes acabam por se enquadrar da previsão constante no art. 336 do Código Eleitoral.

## II – DA COMPETÊNCIA DESTA E. SUPREMA CORTE

6. Por se tratar, o noticiado, de Deputado Federal, a disposição constitucional torna clara que a competência para processar e julgar os crimes por ele cometidos são deste E. Supremo Tribunal Federal.

## III – DA LEGITIMIDADE ATIVA *AD CAUSAM* DA PROCURADORIA-GERAL DA REPÚBLICA

7. Segundo o art. 355 do Código Eleitoral, os crimes ali previstos são de **competência pública**, tendo em vista que os crimes eleitorais possuem impacto difuso, sendo vítima toda a sociedade que fica impedida de participar de um sufrágio regular, livre do cometimento de ações irregulares que, de alguma forma, possam impactar no resultado final da escolha de seus representantes, tornando-se desnecessária a Queixa-Crime para o crime de Injúria Eleitoral.

3

8. Portanto, o noticiante, em razão de sua ilegitimidade para agir, noticia este d. Juízo sobre a provável ocorrência de crimes, sendo certo que a denúncia e os demais procedimentos devem ser adotados pela e. Procuradoria-Geral da República.

## IV – DO DIREITO

9. Segundo o art. 326 do Código Eleitoral:

Art. 326. Injuriar alguém, na propaganda eleitoral, ou visando a fins de propaganda, ofendendo-lhe a dignidade ou o decôro:

Pena - detenção até seis meses, ou pagamento de 30 a 60 dias-multa.

10. Ou seja, diferentemente do tipo legal de injúria previsto na Parte Especial do Código Penal, a injúria eleitoral ocorre quando ocorre a ofensa a honra subjetiva de alguém durante a propaganda eleitoral, ou visando a propaganda.

11. *Propaganda*, conforme leciona Luiz Carlos dos Santos Gonçalves, deve ser entendida como:

“termo genérico que contempla três figuras: a propaganda partidária [...], a intrapartidária [...] e a propaganda eleitoral *strictu sensu*, feita para o convencimento dos eleitores a escolherem determinado candidato ou partido. Pode ser feita no rádio e televisão (propaganda gratuita) ou pelos meios permitidos pela Lei 9.504/97, a saber, santinhos, panfletos, **comícios**, faixas, cartazes, jornais, etc.”<sup>1</sup>

12. Sendo assim, torna-se clara a tipificação da conduta, sendo inquestionável o *animus injuriandi* do noticiado que, em comício, vociferou que os “petralhas”, ou seja, todos aqueles que se enquadram no que o noticiado considera como espectro político de viés ideológico de “esquerda”, deveriam ser **fuzilados**.

4

13. Não satisfeito, trouxe que estas mesmas pessoas, apenas por pensarem de forma diversa, dentro de sua liberdade de pensamento e opinião, deveriam ser expulsas do país e enviadas para nação vizinha que passa por dificuldades, onde deveriam “*comer capim*”.

14. Isto é, no âmbito do direito penal eleitoral, o noticiado promoveu graves dizeres que maculam a honra de parcela da população, afirmando que estes deveriam morrer por **fuzilamento** ou, como opção, deveriam **comer capim**. Tudo isso, ressalta-se, no intuito de se promover politicamente, propagandeando ou buscando propagandear sua plataforma política.

15. O cometimento deste crime, por seu turno, ainda se agrava em razão de ter ocorrido

<sup>1</sup> Luiz Carlos dos Santos Gonçalves: Crimes Eleitorais e Processo Penal Eleitoral. Ed. Atlas. 2ª ed. Pg. 80

na presença de várias pessoas, o que facilita a divulgação destas ofensas, o que atrai a incidência do art. 327, II do Código Eleitoral, que diz:

Art. 327. As penas cominadas nos artigos. 324, 325 e 326, aumentam-se de um terço, se qualquer dos crimes é cometido:

III - na presença de várias pessoas, ou por meio que facilite a divulgação da ofensa.

16. Ainda no âmbito do cometimento de crimes eleitorais, cumpre destacar ser indiscutível que tal postura do noticiado afere benefícios aos partidos políticos que constituem a sua coligação, quais sejam o Partido Social Liberal e o Partido Renovador Trabalhista Brasileiro, alcançados de forma conscientes pelos mesmos, o que os também tornam responsáveis, nos termos do art. 336 do Código Eleitoral. Vejamos:

Art. 336. Na sentença que julgar ação penal pela infração de qualquer dos artigos. 322, 323, 324, 325, **326**, 328, 329, 331, 332, 333, 334 e 335, deve o juiz verificar, de acordo com o seu livre convencimento, se diretório local do partido, por qualquer dos seus membros, concorreu para a prática de delito, ou dela se beneficiou conscientemente.

Parágrafo único. Nesse caso, imporá o juiz ao diretório responsável pena de suspensão de sua atividade eleitoral por prazo de 6 a 12 meses, agravada até o dobro nas reincidências.

17. Ademais, já no âmbito dos crimes previstos na Parte Especial do Código Penal, também importa ressaltar que a atitude do noticiado configura ato tipificado como crimes no momento em que se utiliza de gestos e palavras para, explicitamente, demonstrar o seu desejo de **fuzilar** um determinado segmento social, qual seja os “*petralhas*”.

18. Isto é, por mera divergência política, entende o candidato ser necessário o **fuzilamento** de toda uma parcela da população, o que representa, a um só tempo, os cometimentos dos crimes de ameaça e incitação ao crime. Vejamos:

Art. 147 - Ameaçar alguém, por palavra, escrito ou gesto, ou qualquer outro meio simbólico, de causar-lhe mal injusto e grave:

Pena - detenção, de um a seis meses, ou multa.

Art. 286 - Incitar, publicamente, a prática de crime:

Pena - detenção, de três a seis meses, ou multa.

19. Inclusive, por oportuno, rememora-se que o noticiado já figura como réu em ação penal junto a este e. Supremo Tribunal Federal (AP 1008) em razão do cometimento do mesmo tipo penal de incitação ao crime, incitando, neste outro caso, o crime de estupro em detrimento da Deputada Federal Maria do Rosário, pertencente ao Partido dos Trabalhadores.

20. Além disso, também se encontra na condição de denunciado em outro procedimento penal, em razão do suposto cometimento de racismo, que aguarda término de julgamento pela Turma desta e. Corte Suprema.

21. Portanto, demonstra-se que o noticiado, a um só tempo, praticou os crimes de injúria eleitoral, ameaça e incitação ao crime na oportunidade em que simulou um fuzilamento com um tripé de câmera e emendou com os dizeres acima transcritos, razão pela qual se motiva a instauração de procedimento investigatório para posterior denúncia e condenação, em sendo o caso.

6

## V – DOS PEDIDOS

22. Por todo o exposto, a noticiante, respeitosamente, pugna pelo recebimento da presente notícia de crime por este e. Supremo Tribunal Federal, para que envie os autos a d. Procuradoria-Geral da República para a instauração de procedimento investigatório, visando a denúncia e condenação do sr. Jair Messias Bolsonaro pelo cometimento do crime de injúria eleitoral (art. 326 do CE), com a sua consequente causa de aumento (art. 327, III do CE), assim como pelo cometimento dos crimes de incitação ao crime (art. 286 do CP).

23. Ademais, requer o recebimento do presente como representação formal da vítima em razão do provável cometimento do crime comum de ameaça (art. 147 do CP) pelo

noticiado.

24. Requer, também, que se apure a responsabilidade da Coligação **Brasil Acima de Tudo, Deus Acima de Todos** (PSL e PRTB) sobre os mesmos fatos, em observância ao art. 336 do Código Eleitoral.

Nestes termos, pede deferimento.

Brasília, 03 de setembro de 2018.

*Eugênio José Guilherme de Aragão*  
*OAB/DF 4.935*

*Angelo Longo Ferraro*  
*OAB/DF 37.922*

*Marcelo Winch Schmidt*  
*OAB/DF 53.599*

*Rachel Luzardo de Aragão*  
*OAB/DF 56.668*

7

*Miguel Filipi Pimentel Novaes*  
*OAB/DF 57.469*